13:56 40%

Opinião do GLOBO

Intervencionismo de Lula afugenta os investidores

Bolsa de Valores perdeu R$ 22 bilhões neste ano, e investimento direto já sofre com incerteza

O Brasil já paga o preço das investidas do governo federal sobre Petrobras, Vale e outras empresas. Declarações e atitudes do presidente Luiz Inácio Lula da Silva têm levado investidores estrangeiros a abandonar o mercado de capitais brasileiro, onde é predominante a transação de empresas como Vale ou Petrobras. Desde o início do ano, eles já sacaram mais de R$ 22 bilhões da B3, maior volume para o período desde 2020. Nesta semana, um dos maiores bancos americanos recomendou em relatório a venda de ações de estatais brasileiras.

É verdade que a debandada está ligada à dinâmica da economia global. Os juros ainda altos nos Estados Unidos atraem capital para o país, enquanto as dúvidas sobre o crescimento da China espalham incerteza sobre a demanda por *commodities*, afetando as previsões para países como o Brasil. No caso brasileiro, porém, o movimento também sofre a influência de um anabolizante: o intervencionismo do governo. A recomendação do banco americano é justificada pelo aumento dos riscos associados a ele. Há temor de efeitos negativos na gestão das companhias.

Não se trata de fantasia. No início de março, a Petrobras informou que não pagaria dividendos extraordinários aos acionistas, política adotada desde 2021. O presidente da petroleira, Jean Paul Prates, era favorável a pagar 50% do resultado extraordinário. Não demorou para que a ideia fosse derrubada no conselho da Petrobras, com as digitais de Lula. Ainda pior foi a tentativa de justificar a mudança. Em entrevista, Lula comparou o mercado a um dinossauro voraz. Para os investidores, ficou evidente que o ímpeto intervencionista não ficaria ali. Em um dia, a Petrobras desvalorizou-se em R$ 55 bilhões. Devido à desconfiança dos investidores, ela sempre foi cotada abaixo das maiores petrolíferas. Nos últimos tempos, esse desconto aumentou da média entre 30% e 34% para 44%.

O presidente já causara espanto no ano passado, quando tentou impor o ex-ministro da Fazenda Guido Mantega no comando da Vale, uma empresa privada. Mesmo depois de abandonar a ideia, Lula continuou tentando interferir na sucessão da mineradora, extrapolando suas atribuições.

Diante dos desmandos em governos anteriores, em particular petistas, o país criou "remédios" para evitar intromissões indevidas do governo no setor produtivo. Um deles foi a Lei das Estatais, com requisitos técnicos para a indicação a cargos de comando. O atual governo vem, contudo, tentando corroer esses mecanismos.

Mesmo os investimentos diretos no setor produtivo, cuja reação costuma ser mais lenta, já sofrem com a desconfiança que a gestão petista inspira no mercado externo. Em 2023, somaram US$ 62 bilhões (ou 2,85% do PIB), ante US$ 74,6 bilhões (3,82% do PIB) em 2022. Tais sinais deveriam fazer soar o alarme no governo.

A taxa de investimento brasileira, de 16,5% em 2023, ainda é baixíssima para a necessidade do país, em torno de 25%. Não haverá como elevá-la sem capital privado. Por isso, em contraste com o que diz Lula, a comparação mais apropriada para o mercado de capitais não é um dinossauro, mas o azhdo. Ao comprar ações de empresas brasileiras ou apostar recursos no país, os investidores dão um voto de confiança e ampliam a chance de crescimento. Decisões políticas erradas e declarações infelizes elevam a volatilidade, destroem valor e corroem esse otimismo.

Proposta de governadores sobre legislação penal revela sensatez

De nada adiantará, porém, endurecer a lei se ela não for cumprida, como tem sido frequente

São sensatas as propostas apresentadas por governadores do Sudeste e do Sul ao ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, para endurecer punições e dificultar a liberação de presos durante audiências de custódia. As reivindicações foram levadas também aos presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), onde já tramitam projetos com objetivos semelhantes. A leniência da legislação penal tem sido alvo de críticas, especialmente em relação a criminosos que se aproveitam das brechas legais para cometer delitos sucessivos e ficar impunes.

Entre outros pontos, o grupo defende mudanças no Código Penal, no Código de Processo Penal e na Lei de Execução Penal, para evitar que quem pratique crimes regularmente seja considerado réu primário e continue delinquindo. A intenção, como afirmou o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), não é aumentar as prisões, mas dar uma resposta a dificuldades jurídicas evidentes.

Uma das quatro propostas apresentadas é alterar os requisitos nas audiências de custódia para liberdade provisória quando há crime grave e reincidência. "Há casos de a mesma pessoa ser presa 40 vezes e, ao ser levada para audiência de custódia, sem haver trânsito em julgado de qualquer condenação, ser considerada primária", diz Leite. Governadores defendem que seja incluída a lei a "prevenida da habitualidade criminosa", para que a detenção seja transformada em prisão preventiva quando houver repetida prática de crimes, mesmo sem condenação.

Outro ponto defendido é considerar homicídio qualificado aquele praticado a mando de uma facção criminosa. Com isso, a progressão de regime ocorreria somente com o cumprimento de dois terços da pena, e não de um terço. O grupo propõe ainda que, nos casos de presos que arrancam a tornozeleira eletrônica, a volta ao regime fechado seja automática, sem exigir autorização da Justiça. A quarta proposta pede mudanças no entendimento sobre abordagem policial. Muitas prisões são anuladas sem justificativa objetiva. O grupo quer que o contexto da situação seja levado em conta pelo juiz.

A violência precisa ser enfrentada, e parece claro que a legislação atual não dá conta do desafio. De 70 prisões ou apreensões de suspeitos feitas por agentes do programa Segurança Presente no ano passado, quando uma sucessão de roubos e agressões em Copacabana chocou os cariocas, 48 eram de adultos com passagem pela polícia, e nove eram de adolescentes que haviam frequentado o sistema socioeducativo.

O costumeiro prende e solta não tem sido eficaz. Mas de nada adiantará endurecer a lei se ela não for cumprida. O sequestrador que manteve 16 passageiros reféns dentro de um ônibus na Rodoviária do Rio neste mês não deveria estar solto. Beneficiado com o regime aberto, ele violou a obrigação de usar tornozeleira. Mas a ordem de prisão só chegou quando o sequestro já estava resolvido. Para combater a violência, é preciso atuar em todas as frentes. Alterar a legislação é só uma delas.

Artigos

oglobo.globo.com/opinion/
cartas@oglobo.com.br

MERVAL PEREIRA

blogs.oglobo.globo.com/merval-pereira
editoria.artigos@oglobo.com.br

Poderes em disputa

Vivemos uma situação esdrúxula, em que os Poderes se digladiam para marcar posição, interferindo em processos delicados como o do assassinato da vereadora Marielle Franco. A Câmara dos Deputados adia a análise da prisão do deputado federal Chiquinho Brazão à espera de entender para que lado o vento sopra, torcendo para que dados novos possam dar elementos para contestar as acusações do relatório do Supremo Tribunal Federal (STF) — leia-se Alexandre de Moraes — baseado nas investigações da Polícia Federal, com poucas provas e muitas ilações e indícios.

Os deputados federais estão ansiosos para demarcar território diante do Supremo, ainda mais agora que a pesquisa de opinião do Datafolha mostrou uma melhoria na avaliação do trabalho dos parlamentares. Estão convencidos de que o enfrentamento com o Supremo os beneficia. Ao mesmo tempo, temem aparecer diante da opinião pública como defensores de milicianos e assassinos de aluguel.

Como o caso em pauta é dos mais delicados, precisam ter certeza de que não assumirão o corporativismo numa luta política inglória. O mais provável é que aceitem a decisão do Supremo. De qualquer maneira, o adiamento da decisão já foi uma reação, pois o STF estimava que a prisão fosse aprovada rapidamente.

Por seu lado, a Polícia Federal espera que a apreensão de celulares e computadores na casa dos suspeitos leve às provas factuais que faltam no relatório. Dizem que o inquérito está encerrado e que novas evidências abrirão uma nova etapa da investigação. Mas enfrentam a realidade da dificuldade natural de uma investigação que levou seis anos para ser concluída (?) para encontrar provas antigas que provavelmente já foram destruídas.

Era esse exatamente o papel do delegado Rivaldo Barbosa, segundo as apurações da Polícia Federal: segurar a investigação, impedir que fosse adiante, destruir provas. Deu certo durante muito tempo, pode até dar certo até o final, pois nada indica que o final seja feliz. O fato de estar sob jurisdição do Supremo Tribunal Federal leva a crer que o julgamento seguirá o caminho indicado pelo relator, que já obteve apoio dos ministros da Segunda Turma. Agora não se trata mais de decisão monocrática de Alexandre de Moraes, mas uma decisão do Supremo.

A Câmara adia a análise da prisão do deputado federal Chiquinho Brazão à espera de entender para que lado o vento sopra

O procurador-geral da República, Paulo Gonet, não parece inclinado a discordar do teor geral do inquérito. Mas, e se a defesa dos acusados conseguir retirar do Supremo o processo? Durante a semana, os ministros do STF votarão, no plenário virtual, uma redefinição do que seja foro privilegiado. O caso só está no Supremo porque o foro privilegiado de deputado federal de Chiquinho Brazão fez com que os demais acusados fossem atraídos para essa última instância do Judiciário. Há quem especule que o deputado federal da família só foi incluído no processo com este fim: levá-lo para o Supremo, onde o algoritmo sorteou o ministro Alexandre de Moraes para relator.

Mas o caso do assassinato de Marielle Franco aconteceu quando Chiquinho Brazão era vereador, e seu irmão Domingos já era membro do Tribunal de Contas do Estado do Rio (TCE-RJ), eleito pela Assembleia Legislativa, onde era deputado estadual. A atual legislação determina que só tem foro privilegiado no Supremo quem cometeu crime na função, e, portanto, a redefinição da abrangência desse instrumento terá influência no caso de Marielle.

A defesa tentará levar o julgamento dos irmãos Brazão para o Superior Tribunal de Justiça (STJ), Chiquinho por ser vereador na época, Domingos por já estar no TCE. O delegado Rivaldo iria a julgamento na primeira instância no Rio. Certamente não é esse o desejo do STF, e seus ministros terão de votar no plenário virtual com um olho na melhor acepção do foro privilegiado, mas também com outro na decisão imediata do caso Marielle.

GRUPO GLOBO

Princípios editoriais do Grupo Globo: http://gle.bo/pri_edit

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE: João Roberto Marinho
VICE-PRESIDENTES: João Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

O GLOBO
é publicado pela Editora Globo S/A.
DIRETOR-GERAL: Frederic Zoghaib Kachar
DIRETOR DE REDAÇÃO E EDITOR RESPONSÁVEL: Alan Gripp
EDITORES EXECUTIVOS: Leticia Sander (Coordenadora), Alessandro Alvim, André Vieira da Fábula Barbosa, Luiza Bapista e Paulo Cotias Pereira
EDITOR DO IMPRESSO: Miguel Caballero
EDITOR DE OPINIÃO: Helio Gurovitz
Rua Marquês do Pombal, 25 - Cortiço Novo - Rio de Janeiro, RJ
CEP 20.230-240 - Tel: (21) 2534-5000 Fax: (21) 2534-5535

EDITORES
Política e Brasil: Thiago Prado - thiago.prado@oglobo.com.br
Rio: Rafael Galdo - rafael.galdo@oglobo.com.br
Economia: Luciana Rodrigues - luciana.rodrigues@oglobo.com.br
Mundo: Leila Suwwan - leila.suwwan@oglobo.com.br
Saúde: Ariana Dias Lopes - ariana.dias@oglobo.com.br
Segunda Capa: Marcelo Rubim - rubim@oglobo.com.br
Esportes: Thales Machado - thales.machado@oglobo.com.br
Fotografia: André Sarmento - asarmento@oglobo.com.br
Home e redes sociais: Tiago Dantas - tiago.dantas@oglobo.com.br
Audiência: Gabriela Goulart - gabi@oglobo.com.br
Acervo e Pesquisa: William Fidal Filho - william@oglobo.com.br

SUPLEMENTOS
Boa Viagem: Marcelo Rubim - rubim@oglobo.com.br
Rio Show: Inês Amorim - ines@oglobo.com.br
E.a.T: Ana Caruso - ana.caruso@oglobo.com.br
Bairros: Viktor Carmon Filho - viktor.carmon@oglobo.com.br

SUCURSAIS
Brasília: Thiago Bronzatto - thiago.bronzatto@bsb.oglobo.com.br
São Paulo: Renato Andrade - renato.andrade@sp.oglobo.com.br

ATENDIMENTO AO ASSINANTE
www.portaldoassinante.com.br ou, pelos telefones: 4002-5300 (capitais e grandes cidades)
0800-0218433 (demais localidades)
WhatsApp: 21 4002 5300
Telegram: 21 4002 5300

ASSINATURA MENSAL
com débito automático no cartão de crédito ou débito automático em conta-corrente (preço de seguinte ao mês vigente)
(para RJ, MG, SP e ES: R$ 169,90)
(O Globo não faz cobranças em domicílio)

VENDAS EM BANCA
Dias úteis: RJ, SP, MG e ES: R$ 6,00
Demais regiões: RJ, SP, MG e ES: R$ 10,00
Carga tributária aproximada de 20%

O GLOBO não aceita em contratos para cobranças de muito aumento nos assinaturas. Desconfiem qualquer contato a respeito desses temas. Para ler O GLOBO em seu jornal de vendas, acesse para venda@oglobo.com.br

FALE COM O GLOBO:
Geral (21) 2534-5000 Classifone (21) 2534-4333
Assinaturas 4002-5300 ou oglobo.com.br/assine

AGÊNCIA O GLOBO DE NOTÍCIAS: Venda de notícias: (21) 2534-5501 Banco de imagens: (21) 2534-5777
Pesquisa: (21) 2534-5201

PUBLICIDADE Notícias: (21) 2534-4300 Classificados: (21) 2534-4333 Jornais de Bairro: (21) 2534-4350
Missas, religiosos e fúnebres: (21) 2534-4033
Plantão nos fins de semana e feriados: (21) 2534-5150

FSC
Leia mais e fale grátis
Carbon Free